

MANUEL GAMA

mea0911@gmail.com

**CENTRO DE ESTUDOS DE COMUNICAÇÃO E SOCIEDADE,
UNIVERSIDADE DO MINHO, BRAGA, PORTUGAL**

WWW.CULTURALCOOPERATIONNETWORKS. WORDPRESS.COM: UM PROJETO DE INVESTIGAÇÃO E A SUA PLATAFORMA DE DIVULGAÇÃO

RESUMO

Nos últimos anos a relevância da cultura para o desenvolvimento sustentável tem sido sublinhado reiteradamente e as redes, enquanto estruturas organizacionais policentradas caracterizadas pela horizontalidade do processo de comunicação interno, têm sido encaradas como um dos contextos privilegiados para fomentar a cooperação.

“Redes de Cooperação Cultural Transnacionais: Portugal europeu, lusófono e iberoamericano” é um projeto de investigação que, inspirado no politeísmo metodológico e na importância de articular preocupações académicas com uma exigência de intervenção cívica que os Estudos Culturais encerram, procura analisar e intervir sobre as redes de cooperação cultural transnacionais a partir da realidade portuguesa.

No âmbito do projeto de investigação foi criado em julho de 2015 um espaço na internet que, numa primeira fase, funciona como uma ferramenta para a compilação e a divulgação do material que vai sendo recolhido sobre a temática das redes culturais.

Com o presente artigo pretende-se fazer a apresentação do projeto de investigação, da sua plataforma na internet e promover a discussão crítica sobre as Redes de Cooperação Cultural Transnacionais.

PALAVRAS-CHAVE

Cultura; redes; cooperação cultural transnacional

1. APRESENTAÇÃO

Nos últimos anos a relevância da cultura para o desenvolvimento sustentável tem sido sublinhada reiteradamente (e.g., Centre for Strategy and Evaluation Services, 2010; Comissão Europeia, 2012; Espíndola, 2014; International Federation of Arts Councils and Culture Agencies, Committee

on culture of the world association of United Cities and Local Governments, International Federation of Coalitions for Cultural Diversity & Culture Action Europe, 2013) e as redes, enquanto estruturas organizacionais politizadas caracterizadas pela horizontalidade do processo de comunicação interno, têm sido encaradas como um dos contextos privilegiados para fomentar a cooperação (e.g., Carneiro, Soares, Patrício, Alves, Madureira & Sousa, 2007; Castells, 2005; Conference of European Cross border and Interregional City Networks & Association of European Border Regions, 2012; Veiga, 2014).

Não obstante, a recorrente ausência de estratégias consistentes tem concorrido para que as redes de cooperação cultural não sejam uma prática ancorada (e.g., Comissão Europeia, 2014; Gama, 2014; Garcia, 2014; KEA European Affairs, 2012; Poláček, 2007), de tal forma que as prioridades do Programa Europa Criativa para o período 2014-2020 voltam a sublinhar a importância de apostar no trabalho em rede para se reforçar o setor cultural e criativo europeu (Regulamento (UE) nº 1295/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, 2013).

Assim sendo, considerou-se pertinente e relevante desenvolver um projeto que, inspirado no politeísmo metodológico e na importância de articular preocupações académicas com uma exigência de intervenção cívica que os Estudos Culturais encerram (Baptista, 2009), procurasse analisar e intervir sobre as redes de cooperação cultural transnacionais a partir da realidade portuguesa.

Um projeto cujo caráter inovador residisse no facto de aliar uma análise comparada de boas práticas internacionais nos contextos escolhidos, com um levantamento e caracterização exaustivos das redes culturais portuguesas e com uma análise profunda das redes e dos seus processos de comunicação organizacional e estratégica, concorrendo deste modo para o objetivo de desenvolver uma estratégia para incrementar a participação portuguesa em redes, nacionais e transnacionais, de cooperação cultural.

Um projeto cuja originalidade residisse no objeto e no objetivo do estudo, mas também nas suas dimensões analíticas uma vez que deveria articular contributos quantitativos provenientes, por exemplo, da análise de redes sociais (Prell, 2011) ou da auditoria de comunicação (Goldhaber & Rogers, 1979), com contributos qualitativos resultantes, por exemplo, de um levantamento da dimensão expressiva das redes (Schultz, Hatch & Larsen, 2000).

Um projeto que, de forma muito genérica, visasse, através do diagnóstico de fatores críticos de sucesso do processo de comunicação no seio

de redes e entre redes, melhorar o trabalho em rede desenvolvido por instituições culturais portuguesas nos contextos nacional, europeu, lusófono e iberoamericano.

E foi assim que surgiu o projeto “Redes de Cooperação Cultural Transnacionais: Portugal europeu, lusófono e iberoamericano”.

2. ALGUNS NÓS CONCEPTUAIS

Se mais argumentos fossem necessários para justificar a pertinência de um projeto que, em última instância, visa fomentar a cooperação cultural transnacional, considera-se que o facto de setenta anos depois de ter sido constituída a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) — fruto da constatação de que a incompreensão mútua dos povos era um motivo de desconfiança e conflito, e de que só o fomento da cooperação entre as nações do mundo nos âmbitos da educação, da ciência e da cultura poderia responder positivamente aos objetivos de alcançar gradualmente a paz internacional e o bem-estar geral das populações (UNESCO, 2014) — ainda de se verificarem situações como a crise de refugiados que se vive na Europa em meados da segunda década do século XXI, era motivo mais do que suficiente para sublinhar a importância de todos os contributos para o desenvolvimento de estratégias que concorram para voltar a colocar a cultura, efetivamente, no centro de discursos políticos coerentes, consistentes, concertados e consequentes.

Mas o reposicionamento da cultura nos discursos políticos só poderá ter sucesso se não olvidarmos que a instrumentalização e a politização da cultura têm sido alguns dos factores que têm concorrido para profundas revoluções culturais (Hall, 1997), para a vingança da cultura-mundo (Lipovetsky & Serroy, 2010), para a perda dos três acentos da cultura enunciados por Paul Celan (Martins, 2011), para a espetacularização da própria política (Sá, 1999) e para que, pelo menos em Portugal, a cultura, enquanto área de ação governativa, tenha sido “recorrentemente subvalorizada na escala de prioridades, ainda que as narrativas programáticas a elevem ao olimpo das epopeias” (Lopes, 2004, p. 156). Na verdade, a pouca tomada de consciência da destruturação cultural que se observou no século XX pode ter concorrido para Portugal ter “défices de política cultural quanto à sua consistência, continuidade e activismo” (Azevedo, 2007, p. 49), e permite perceber claramente, com base na análise dos primeiros sessenta anos da atual União Europeia (UE), que a cultura, independentemente da amplitude do seu conceito, não tem sido uma das prioridades da UE.

Não obstante a sua génese estar relacionada com a cooperação económica no setor do carvão e do aço, e dos inegáveis contributos que trouxe para o desenvolvimento económico e social dos seus membros, a verdade é que tudo indica que a atual UE — uma das principais organizações de cooperação internacional multilateral criadas na segunda metade do século XX — precisa urgentemente de revisitar os seus motivos fundadores de procura de um futuro melhor a partir das lições do passado, do estabelecimento de “uma nova ordem baseada na igualdade dos direitos dos Estados, na procura do interesse comum, na aplicação dos princípios democráticos às relações internacionais” (Fontaine, 1995, p. 15) e na criação de laços que tornam “definitivamente impensável o regresso aos conflitos intra-europeus” (Fontaine, 1998, p. 13).

“Pese embora a definição de uma política cultural comunitária ter sido bastante tardia na história desta instituição [UE], a cultura configura-se hoje como uma dimensão fundamental para a implementação de um modelo de desenvolvimento sustentável no espaço europeu” (Anico, 2009, p. 67), sendo que o respeito pela diversidade cultural europeia e a salvaguarda e promoção do desenvolvimento do património cultural europeu se encontram inscritos no ponto 3 do artigo 3º da Versão Consolidada do Tratado da União Europeia (Versões Consolidadas do Tratado da União Europeia e do Tratado sobre o funcionamento da União Europeia, 2010).

Apesar de não ter sido uma prioridade, assinalam-se alguns dos passos que, no seio da UE, foram sendo dados ao longo dos anos, como que para não olvidar que “a cultura está no cerne do projecto europeu e constitui o alicerce em que se baseia a “unidade na diversidade” da União Europeia” (Comissão Europeia, 2010, p. 2): em 1985, foi lançada em Atenas a primeira Cidade Europeia da Cultura, um dos mais ambiciosos projetos de colaboração cultural em termos de escala e de orçamento (European Communities, 2009); em 1992, o título IX do Tratado da União Europeia foi dedicado à Cultura, referindo que “a Comunidade contribuirá para o desenvolvimento das culturas dos Estados-membros [... e que, nesse âmbito, uma das ações] da Comunidade tem por objectivo incentivar a cooperação entre Estados-membros e, se necessário, apoiar e completar a sua acção nos seguintes” (Tratado da União, 1992, p.2 4); em 2000, foi criado o programa Cultura 2000 que visava “a valorização de um espaço cultural comum aos povos europeus [... , promovendo] a cooperação entre os criadores, os agentes culturais, os promotores públicos e privados, as actividades das redes culturais, e outros parceiros” (Decisão N° 508/2000/CE, p. 2); em 2007, foi instituída a Agenda Europeia para a Cultura na qual se considerava “que a cultura deverá

desempenhar um papel importante nas relações externas da UE como meio de reforço da cooperação internacional” (Resolução do Conselho de 16 de Novembro de 2007 sobre uma Agenda Europeia para a Cultura, 2007, p. 1); em 2010, foi aprovada a participação voluntária dos Estados-Membros da UE no denominado “Plano de Trabalho para a Cultura 2011-2014” (Conclusões do Conselho e dos Representantes dos Governos dos Estados-Membros, 2010); em 2011, o Conselho Europeu considerou que “a cultura pode contribuir significativamente, em múltiplas dimensões, para as medidas propostas nas orientações integradas e iniciativas emblemáticas da *Europa 2020* com o objectivo de converter a UE numa economia inteligente, sustentável e inclusiva” (Conclusões do Conselho sobre o contributo da cultura para a implementação da Estratégia Europa 2020, 2011, p. 1).

Com este pano de fundo, percebe-se claramente que urge assumir “um entendimento sistémico e intergeracional da política cultural, de cada programa de ação cultural, que evite o tratamento caso a caso que se vem observando e que será, em última análise, o responsável pelo fracasso, maior ou menor, de vários programas de política cultural, em situação de cooperação ou não” (Coelho, 2005, p.130). Ou seja, urge implementar uma política cultural substantiva, “enquadrada internacionalmente, implementada por uma rede de políticas culturais públicas e privadas que, articuladamente, desenvolva um conjunto de medidas setoriais para atingir o objetivo, tão aparentemente simples, de contribuir para o desenvolvimento integral dos indivíduos e das sociedades” (Gama, 2013, p. 389).

Não deixa de ser digno de registo o facto de a evolução que se tem observado no conceito de cultura poder dificultar esta necessidade contemporânea de uma nova centralidade da cultura e de a integrar como elemento estratégico e transversal das políticas locais, nacionais e transnacionais.

Mas a evolução conceptual de cultura, que foi particularmente profícua nos séculos XIX e XX com a produção de novas propostas de interpretação holística do fenómeno da cultura (Ferin, 2002), deve ser encarada com alguma naturalidade uma vez que, tal como as políticas, o conceito de cultura deve ter em linha de conta os diversos elementos que a compõem Crespi (1997) e o período histórico em que é produzido. Sendo um conceito vivo e dinâmico, pensar em cultura no século XXI implica, forçosamente, não esquecer que “a cultura que une (intermediário de comunicação) é também a cultura que separa (instrumento de distinção) e que legitima as distinções compelindo todas as culturas (designadas como subculturas) a definirem-se pela sua distância em relação à cultura dominante” (Bourdieu, 2011, p. 7) e que “são múltiplos os *enjeux* do poder cultural, diversas são

as configurações de ordenamento e relação social onde estão presentes os factores geradores da dominação cultural” (Silva, 2010, p. 288). Convém ainda não esquecer os quatro pares bipolares contemporâneos em que a cultura se move e que integram as relações entre local/global, identidade/pluralidade, tradição/ inovação e dirigismo/espontaneidade (Rubim, 2002).

Não obstante a naturalidade com que a evolução conceptual deve ser encarada, porque já estamos muito longe do *colere*, enquanto ação de cultivar a terra e de tratar do gado e porque “podemos dizer que a cultura está numa fase liquido-moderna, feita à medida da (voluntariamente perseguida, ou suportada como obrigatória) liberdade de escolha individual” (Bauman, 2013, p. 61), é importante sublinhar é que é urgente “reinventar as regras de um jogo que, ao ser jogado de forma selvagem, escapa demasiado aos seus próprios participantes” (Lipovetsky & Serroy, 2010, p. 239).

Não sendo este o espaço adequado para problematizar sobre o conceito de cultura, há que encontrar um mecanismo que permita operacionalizar o conceito quando se abordam as redes de cooperação cultural transnacionais, tanto mais que sendo um conceito muito vasto corre-se o risco de abranger tudo e não aprofundar nada.

Se no estudo “Políticas e Redes de Intercâmbio e Cooperação em Cultura no Âmbito Ibero-Americano” (Rubim, Pitombo & Rubim, 2005) os investigadores optaram por operacionalizar o conceito de cultura de forma ampla, integrando na pesquisa unicamente redes que tratam a cultura de forma sistémica, na presente investigação optou-se por, numa primeira fase, utilizar o conceito, aparentemente mais específico e amplamente difundido, de setores culturais e criativos a partir da definição apresentada no programa Europa Criativa. Ou seja, na primeira fase da investigação vai integrar-se na pesquisa redes de “todos os setores cujas atividades se baseiam em valores culturais e/ou artísticos ou noutras expressões criativas, (...) [e que] incluem a conceção, a criação, a produção, a divulgação e a conservação dos bens e serviços que encarnam uma expressão cultural, artística ou qualquer outra expressão criativa, e funções conexas, como a educação ou a gestão” (Regulamento (UE) nº 1295/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, 2013, p. 225).

De realçar que esta forma de operacionalizar o conceito de cultura na primeira fase de investigação tem como consequência imediata o abarcar um universo muito vasto de entidades (formais ou informais) que se encaixarão neste perfil de eventuais redes culturais. No entanto, com base nas delimitações pré-estabelecidas, por exemplo no estudo “O Sector Cultural e Criativo em Portugal” (Mateus, 2010), será possível com alguma facilidade

fazer uma categorização dessas entidades por setor de atividade para depois efetuar uma análise mais refinada. Apesar de, nesta primeira fase, não se pretender problematizar o conceito de cultura e se optar por uma visão que pode ser uma das consequências visíveis da desregulação e desorientação contemporâneas, a verdade é que esta opção é deliberada pois, numa segunda fase, pretende-se contribuir para a problematização do conceito, através de exemplos práticos oriundos “da interpretação das marcas e dos sinais deixados pelas gerações anteriores, para, conscientemente, se optar o caminho a seguir na encruzilhada sem olvidar que, inevitavelmente, uma marca será deixada para as gerações seguintes” (Gama, 2013, p. 47),

Apresentada que está sinteticamente a forma como o nó conceptual da cultura será operacionalizado, é chegado o momento para dar protagonismo à cooperação cultural.

Como já foi referido, a importância de promover a cooperação cultural é uma bandeira da UE, no entanto a cooperação cultural não é uma bandeira recente, nem é uma bandeira exclusiva da UE. Lembra-se, a título meramente ilustrativo, que vinte anos depois de ter sido criada, a UNESCO sentiu a necessidade de reforçar a mensagem com a “Declaração de los Principios de la Cooperación Cultural Internacional” (UNESCO, 1966); que em 1987 aprova a promoção da Década Mundial para o Desenvolvimento Cultural entre 1988 e 1997 (UNESCO, 1988); que em 2001 decidiu proclamar a “Declaración Universal de la UNESCO sobre la Diversidad Cultural” (UNESCO, 2004); e que em 2004 a Rede de Cidades Criativas com o objetivo de estimular o potencial criativo, social e económico próprios das colectividades locais, promovendo desta forma os objetivos da UNESCO no que concerne à diversidade cultural (UNESCO, n.d.). Convocam-se ainda os exemplos da Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI) e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) para ilustrar a cooperação cultural como um dos focos de ação de organizações supranacionais. Em 1949 foram dados os primeiros passos para a instituição, em março de 1957, da OEI — um organismo internacional de carácter governamental para a cooperação entre os países ibero-americanos no campo da educação, da ciência, da tecnologia e da cultura no contexto do desenvolvimento integral, da democracia e da integração regional (OIE, 1985). No ano de 2006, a OEI avançou com o lançamento da Carta Cultural Iberoamericana com o intuito de favorecer a articulação e cooperação cultural entre os membros (OEI, 2006), que é considerada como um documento de referência por ter as bases para o fortalecimento institucional da região como espaço de cooperação que

concorra para preservar e desenvolver a sua diversidade cultural (OEI, 2012). Se a OEI surge da premissa de que Espanha, Portugal e as dezanove repúblicas têm uma herança comum, a CPLP, que surgiu em 1995, parte da língua portuguesa como denominador comum para a cooperação entre os seus membros e, nomeadamente, “a materialização de projetos de promoção e difusão da Língua Portuguesa” (CPLP, 2007, p. 1). Em 2000, a CPLP realizou a primeira Cimeira de Ministros da Cultura na qual os participantes se mostraram decididos a fomentar intercâmbios culturais e promover iniciativas conjuntas para valorizar o espaço de expressão da língua portuguesa, tendo para o efeito definido um plano de ação global e setorial (CPLP, 2000); e no ano de 2014 o Plano Estratégico de Cooperação Cultural Multilateral da CPLP e respetivo Plano de Ação (2014-2020) com o objetivo geral de “dotar a CPLP de um documento orientador voltado para o princípio da multilateralidade (...) contribuindo deste modo para o aprofundamento das relações entre os povos, para a garantia do acesso e usufruto social do conhecimento cultural e para a afirmação da CPLP no mundo” (CPLP, 2014, p. 5).

Mas não se pense que a cooperação cultural é só uma realidade de grandes estruturas formais supranacionais. Os exemplos convocados serviram unicamente para contextualizar o tema uma vez que a investigação se vai centrar na transnacionalidade, mas não faltam microestruturas informais que, à escala local, desenvolvem programas e projetos de cooperação cultural que contribuem decisivamente para o enriquecimento da vida cultural da comunidade através, nomeadamente, da difusão de conhecimentos e estímulo de vocações, da promoção da compreensão da diversidade cultural dos povos, e da generalização do acesso à fruição e à divulgação das produções artísticas (UNESCO, 1966).

Sobre a dicotomia internacional/transnacional, optou-se por, no título da investigação, utilizar o segundo para vincar a importância de no processo de cooperação cultural, mais do que integrar membros de vários países, quebrar barreiras envolvendo efetivamente e de forma consistente e consequente parceiros nacionais, regionais e locais com o objetivo de se alcançar uma maior integração e coesão social (Veiga, 2014).

A cooperação é um conceito polissémico podendo ser utilizado para identificar uma forma jurídica de uma organização ou uma forma de interação entre indivíduos de uma comunidade. Os estudos sobre cooperação são vastos e diversos. A título meramente ilustrativo, convocam-se dois: no final da 1ª metade do século XX, Deutsch (1949) esboça uma teoria da cooperação e competição que permite identificar algumas das diferentes

formulações que o conceito foi tendo e alguns dos estudos que foram sendo produzidos até então; no início do século XXI, a 90ª Edição do Dahlem Workshop foi dedicada à discussão sobre a genética e evolução cultural da cooperação com o objetivo genérico de contribuir para elucidar sobre os mecanismos e os processos que podem promover a cooperação nas sociedades (Hammerstein, 2003).

Na presente investigação o foco não são, obrigatoriamente, as cooperativas mas os contextos de cooperação, sejam eles formais ou informais. Assim sendo, a operacionalização do nó da cooperação vai inspirar-se em Frantz (2001) e partir do princípio de que a cooperação consiste num processo social deliberado, consciente e voluntário, baseado em relações humanas e associativas, através do qual um grupo de pessoas e/ou organizações procura encontrar respostas e soluções para problemas comuns, da totalidade ou de parte dos membros, que integram o contexto e/ou processo cooperativo.

Em “Redes de Cooperação Cultural Transnacionais: Portugal europeu, lusófono e iberoamericano”, o conceito de rede, enquanto nó concetual, está, como não podia deixar de ser, em linha com o de cooperação. Se no processo cooperativo centrarmos o foco na multilateralidade, no policentrismo e na horizontalidade do processo de comunicação, quase que poderíamos chegar à forma como as redes são encaradas na investigação. Uma rede é uma malha formada por um entrelaçado de atores sociais que, num determinado contexto e em função de pelo menos um objetivo comum, conseguem comunicar eficaz e horizontalmente entre si, decidindo aplicar parte dos seus recursos de forma a interagirem concertada e estruturadamente em prol do desenvolvimento de um plano, programa, projeto ou ação.

As redes, enquanto modelo de organização social, e a cooperação, enquanto forma de intervenção cultural, não são invenções contemporâneas, mas é indiscutível que a revolução tecnológica que se iniciou na década de sessenta do século XX provocou alterações significativas nos processos de comunicação, contribuindo de forma decisiva para fazer surgir uma nova estrutura social dominante que, apesar de ter contradições, representa uma transformação qualitativa da experiência humana (Castells, 2005), e para que o processo de globalização tenha adquirido uma dinâmica tal que se tornou inevitável a procura de novas (Veiga, 2014) e mais imaginativas (Comissão Europeia, 2014) estratégias para fazer face aos efeitos da glocalização.

A promoção de redes de cooperação cultural — formais ou informais e de escala local, regional, nacional ou transnacional —, mais que

um perigo, deve ser encarada como uma oportunidade, tanto mais que pode potenciar o amplamente reconhecido papel que a cultura pode ter, nomeadamente, no desenvolvimento sustentável (International Federation of Arts Councils and Culture Agencies, Committee on culture of the world association of United Cities and Local Governments; International Federation of Coalitions for Cultural Diversity & Culture Action Europe, 2013) à escala local (Centre for Strategy and Evaluation Services, 2010), regional (Comissão Europeia, 2012) ou transfronteiriça (Conference of European Cross-border and Interregional City Networks & Association of European Border Regions, 2012).

A implementação e a participação em redes depende de múltiplos factores, como a afinidade entre os integrantes, ou a disponibilidade para promover processos de mudança de forma a desenvolver programas de melhoria continuada (Carneiro, Soares, Patrício, Alves, Madureira & Sousa, 2007), sendo que aspetos relacionados com os processos de comunicação e de liderança (Castells, 2005), associados a dificuldades técnicas e de confiança entre os membros das redes (Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Universidade de Brasília, 2010), têm sido apontados como alguns dos entraves à cooperação cultural em rede. Estas poderão ser algumas das condicionantes que têm contribuído para que o trabalho em rede em Portugal no setor cultural esteja, à primeira vista, a ser entendido mais na perspetiva da criação de um conjunto de infraestruturas, do que na de um estabelecimento de uma teia densa de relações (Garcia, 2014); e para que a participação portuguesa em redes de cooperação cultural transnacionais possa estar em linha com a fraca internacionalização dos profissionais do setor cultural e criativo nacionais e europeus (Poláček, 2007).

Iniciado que está o processo de desenrolar os três nós concetuais que tecem a investigação, avancemos em passo largo para a apresentação do desenho de “Redes de Cooperação Cultural Transnacionais: Portugal europeu, lusófono e iberoamericano”.

3. OBJETIVOS E CONTEXTO

“Redes de Cooperação Cultural Transnacionais: Portugal europeu, lusófono e iberoamericano” tem como objetivo principal fomentar e qualificar as práticas de trabalho em rede dos profissionais e das organizações do setor cultural e criativo portugueses, apoiando a aquisição de aptidões, competências e conhecimentos que concorram para facilitar o acesso mais generalizado às oportunidades profissionais, para promover a cooperação

cultural nacional e transnacional e, em última instância, para reafirmar o papel central que a cultura pode ter para o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo que a Europa tanto anseia.

Para se atingir o objetivo macro enunciado, foram definidos cinco objetivos específicos:

- Objetivos Específico 1) Estudar os principais modelos internacionais de redes de cooperação cultural transnacionais, com especial atenção aos contextos europeu, lusófono e iberoamericano, procurando efetuar uma análise comparada e identificar, a partir um conjunto de boas práticas, os modelos mais adaptados à realidade portuguesa.
- Objetivos Específico 2) Mapear as redes culturais existentes em Portugal.
- Objetivos Específico 3) Analisar as relações, internas e externas, estabelecidas nas redes de cooperação cultural nacionais identificadas.
- Objetivos Específico 4) Analisar o processo e a estratégia de comunicação das redes de cooperação cultural nacionais identificadas.
- Objetivos Específico 5) Identificar e apresentar as condições para o estabelecimento de um ambiente potenciador para a promoção de redes de cooperação cultural em contexto nacional e para a participação dos profissionais e das organizações do setor cultural e criativo portugueses em redes transnacionais.

Realça-se que no Objetivo Específico 1 se refere que o estudo dará especial atenção aos contextos europeu, lusófono e iberoamericano. A seleção dos três contextos-macro e dos pontos de partida para o seu estudo justifica-se de forma muito simples:

1. na pertinência do projeto convoca-se o Programa Europa Criativa da UE — como no quadro da UE existe a Euroregião Galiza-Norte de Portugal, considerou-se que Espanha como um todo, e que a Galiza em particular, seriam o contexto ideal para o estudo das redes de cooperação cultural no contexto Europeu, tanto mais que existe uma estratégia de especialização inteligente para essa Euroregião que foi fruto da cooperação transfronteiriça entre entidades portuguesas e espanholas (Axencia Galega de Innovación & Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, 2015);
2. a seleção de Espanha como porta de entrada para a Europa também se justifica pelo facto dos dois países terem relações bilaterais privilegiadas e por serem os dois únicos membros europeus da OIE. Desta

forma poder-se-á, mais diretamente, estabelecer algumas comparações do comportamento dos dois países em dois dos três contextos-macro (Europa e Espaço Iberoamericano);

3. estudar a cooperação cultural a partir de Portugal implica obrigatoriamente incluir a lusofonia, tanto mais que na Constituição da República Portuguesa se refere de forma explícita que a cooperação que Portugal mantém com os países de língua portuguesa. Assim sendo, tratava-se só de escolher qual o país do terceiro contexto-macro, que acabou por recair no Brasil como um todo — que também integra a OIE —, e pelo Estado de São Paulo em particular, por este integrar o Museu da Língua Portuguesa que, entre outros objetivos, foi criado para favorecer o intercâmbio entre os diversos países de Língua Portuguesa (<http://www.museudalinguaportuguesa.org.br/>).

Para se atingirem os cinco objetivos específicos enunciados, a investigação foi estruturada em quatro tarefas cuja apresentação detalhada se encontra no plano de trabalhos que se segue.

4. PLANO DE TRABALHOS

Para facilitar a percepção do plano de trabalhos, seguem-se duas figuras que sintetizam as doze tarefas micro (Figura 1) e a relação entre os cinco objetivos específicos e as quatro tarefas macro (Figura 2) de “Redes de Cooperação Cultural Transnacionais: Portugal europeu, lusófono e iberoamericano”.

O desenho do projeto inspirou-se em estudos efetuados anteriormente nos contextos nacional e internacional, nomeadamente alguns que se debruçaram sobre questões relacionadas com cultura (e.g., Comissão Europeia, 2012; Espíndola, 2014; Garcia, 2014; KEA European Affairs, 2012), com cooperação cultural (e.g., Comissão Europeia, 2014; Conference of European Cross border and Interregional City Networks & Association of European Border Regions, 2012; Poláček, 2007; Veiga, 2014), com redes (e.g., Carneiro, Soares, Patrício, Alves, Madureira & Sousa, 2007; Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Universidade de Brasília, 2010; Lemieux & Ouimet, 2004; Prell, 2011) e com processos de comunicação (e.g., Goldhaber & Rogers, 1979; Jablin & Putnam, 2001; Kreps, 1990; Ruão, 2008).

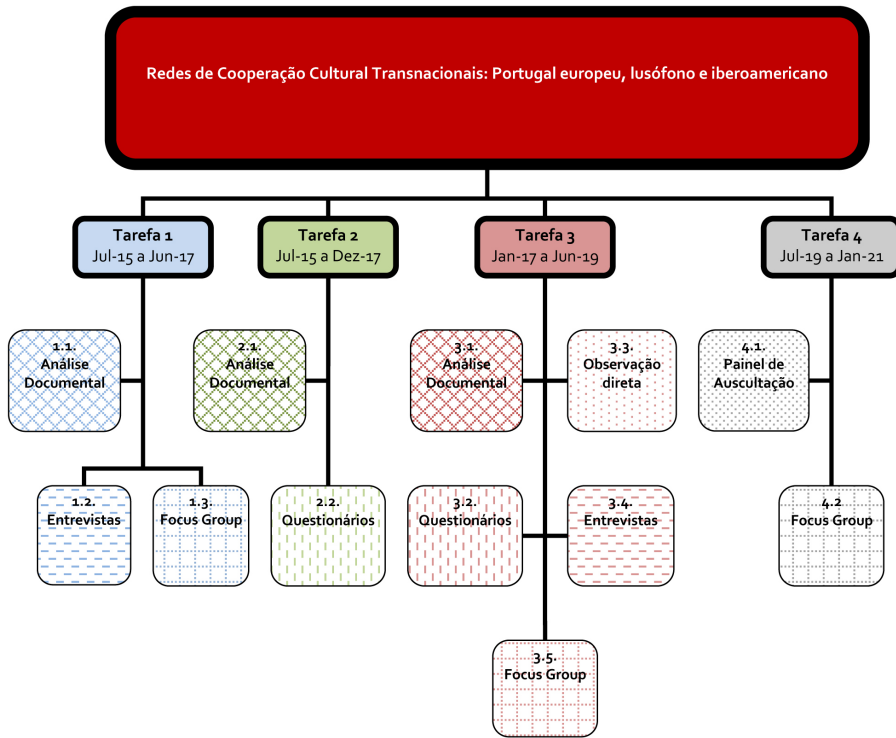


Figura 1: Resumo do Plano de Trabalhos

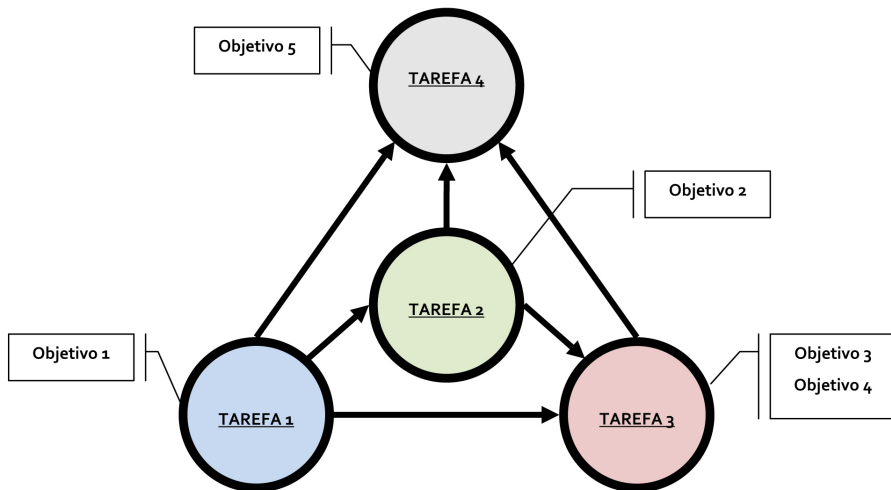


Figura 2: Articulação entre as Tarefas e os Objetivos

Com este pano de fundo, o plano de trabalhos do projeto integra as seguintes tarefas:

Tarefa 1 – Boas práticas internacionais de redes de cooperação cultural transnacionais – que visa atingir o Objetivos Específico 1 e contempla:

- 1.1) Recolha de informação e de documentação resultante de uma ampla pesquisa de estudos anteriores realizados nos contextos nacional e internacional, de artigos científicos, de bibliografia relevante, de recursos online e de notícias dos media, de forma a apresentar um quadro conceptual internacional das redes culturais, bem como um levantamento internacional de redes de cooperação cultural e dos seus modelos de funcionamento.
- 1.2.) Realização de entrevistas semiestruturadas, presenciais ou via internet, a informantes privilegiados nacionais e internacionais, de forma a identificar as redes que os especialistas e profissionais do setor cultural e criativo consideram como as melhores práticas de redes de cooperação cultural transnacionais.
- 1.3.) Dinamização de grupos de foco internacionais para identificar os modelos de redes de cooperação cultural mais adaptados à realidade portuguesa.

Tarefa 2 – Redes culturais portuguesas – que visa atingir o Objetivos Específico 2 e contempla:

- 2.1.) Recolha de informação e de documentação resultante de uma ampla pesquisa de estudos anteriores realizados nos contextos nacional e internacional, de artigos científicos, de bibliografia relevante, de recursos online e de notícias dos media, de forma a apresentar um quadro conceptual das redes culturais em Portugal assente, também, numa breve análise comparada entre a realidade portuguesa e as realidades europeia, lusófona e iberoamericana.
- 2.2.) Aplicação de um inquérito por questionário em linha a profissionais e organizações do setor cultural e criativo portugueses enviado por correio eletrónico, de forma a identificar e caracterizar as redes culturais portuguesas, criando subgrupos de redes a partir do quadro conceptual definido. O inquérito também vai permitir compilar informações genéricas sobre as relações nas redes e das redes que são relevantes para a tarefa 3 e sobre a apetência e dificuldade dos inquiridos para criar ou integrar redes culturais que são relevantes para a tarefa 4.

Tarefa 3 – Densidade e expressividade das redes de cooperação cultural portuguesas. Uma vez que o Objetivo Específico 3 e o Objetivos Específico 4 procuram fornecer pontos de vista complementares sobre as mesmas organizações — as que integram o subgrupo das redes de cooperação cultural criado na tarefa 2, ou uma amostra representativa deste subgrupo se o universo for muito numeroso —, considerou-se que seria mais eficaz se fossem integrados numa mesma tarefa que contempla:

- 3.1.) Recolha e análise de informação e de documentação que permita uma caracterização mais profunda de cada uma das organizações, bem como dos membros que as integram.
- 3.2.) Observação direta de um conjunto de atividades dinamizadas pelas organizações com o objetivo de apreender as suas dimensões comunicativa e simbólica.
- 3.3.) Aplicação de um inquérito por questionário em linha aos membros das organizações com o objetivo de recolher informações sobre o sistema de comunicação e as características de cada uma das redes, de forma a permitir efetuar uma análise holística à rede de redes de cooperação cultural portuguesas.
- 3.4.) Uma entrevista de elite presencial em cada uma das organizações para compilar informação adicional, nomeadamente no que se refere à estratégia e sistema de comunicação interna e externa.
- 3.5.) Dinamização de um grupo de foco que reunirá duas vezes com os representantes das organizações para discussão interna sobre os resultados da tarefa e sobre propostas de melhoria.

Tarefa 4 – Dinâmica e transnacionalidade para as redes de cooperação cultural – que contempla:

- 4.1.) Criação de um painel de auscultação, inspirado na técnica Delphi e composto por vinte personalidades internacionais com experiência relevante em redes de cooperação cultural transnacionais, com o objetivo de recolher contributos sobre as estratégias futuras mais adequadas para se atingir o Objetivo Específico 5 face ao diagnóstico efetuado.
- 4.2.) Criação de dois grupos de foco compostos por profissionais e organizações do setor cultural e criativo portugueses que reunirão regularmente ao longo de um ano para discussão e avaliação de um conjunto de propostas que concorram para o Objetivo Específico 5.

5. BALANÇO DO TRABALHO DESENVOLVIDO EM 2015

O plano de trabalhos apresentado foi submetido ao Concurso para a atribuição de Bolsas Individuais de Doutoramento e Pós-Doutoramento 2014 promovido pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, sendo que o projeto foi um dos selecionados para apoio.

“Redes de cooperação cultural transnacionais: Portugal europeu, lusófono e iberoamericano” está a ser desenvolvido sob a orientação da professora Doutora Helena Sousa no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho, do professor Doutor Xosé López Garcia da Universidade de Santiago de Compostela e da professora Doutora Maria Immacolata Vassallo de Lopes da Universidade de São Paulo.

Em fevereiro de 2015 iniciou-se o processo de pesquisa bibliográfica. Considerou-se oportuno criar uma plataforma na internet de livre acesso que funcionasse, numa primeira fase, como uma ferramenta para a compilação e a divulgação de material que vai sendo recolhido sobre a temática das redes culturais, e que, a médio prazo, se fosse transformando num espaço de referência no que concerne à promoção da discussão e da produção científicas sobre temas relacionados com a gestão de redes de cooperação cultural transnacionais. E foi por isso que, em julho de 2015, foi disponibilizado na internet: o espaço www.culturalcooperationnetworks.wordpress.com.

As tarefas 1.1 e 2.1. do plano de trabalhos iniciaram-se em julho de 2015. Considerou-se oportuno criar um formulário em linha disponibilizado no espaço na internet do projeto para permitir o registo voluntário de organizações que operam no setor cultural e criativo, e que se consideram redes de cooperação cultural. Fruto deste trabalho, em cinco meses foi possível registar um total de 213 organizações: 145 de escala nacional (organizações que integram membros de um único país) de 20 países distintos; 68 de escala internacional (que integram membros de pelo menos dois países). Tendo em consideração as organizações que estão em fase de registo, prevê-se que em dezembro de 2015 já estejam registadas mais de 500 organizações. Em janeiro de 2016 iniciar-se-á a segunda fase deste processo de mapeamento internacional de redes de cooperação cultural cujo objetivo é caracterizar as organizações identificadas para aferir as que devem efetivamente ser consideradas como redes culturais nacionais ou transnacionais. Em novembro de 2015, iniciaram-se as diligências para o desenvolvimento da tarefa 1.2., sendo que as primeiras entrevistas se realizarão no 1º semestre de 2016. Regista-se ainda que ao longo da investigação serão dinamizados, nacional e internacionalmente, momentos de partilha e de discussão

sobre as redes de cooperação cultural transnacionais. O primeiro encontro a organizar no âmbito do projeto ocorrerá no dia 16 de novembro de 2016 na Universidade do Minho e será o Congresso Internacional “Redes de cooperação cultural transnacionais: Um olhar sobre a realidade lusófona”. A terminar, realça-se que durante o segundo ano da investigação está previsto o primeiro período de atividades no estrangeiro – de 1 de julho a 31 de dezembro de 2016 na Universidade de Santiago de Compostela.

FINANCIAMENTO

Este artigo está inserido no projeto de investigação de pós-doutoramento “Redes de cooperação cultural transnacionais: Portugal europeu, lusófono e iberoamericano”, que está a ser desenvolvido sob a orientação da professora Doutora Helena Sousa no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, do professor Doutor Xosé López Garcia, da Faculdade de Ciências da Comunicação da Universidade de Santiago de Compostela, e da professora Doutora Maria Immacolata Vassallo de Lopes, da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. O projeto é financiado pela Fundação da Ciência e Tecnologia, no domínio das Ciências da Comunicação, com a referência SFRH/BPD/101985/2014.

REFERÊNCIAS

- Anico, M. (2009). Políticas da cultura em Portugal e Espanha. *PASOS, Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, 7 (1), 57-71. Acedido em http://www.pasosonline.org/Publicados/7109/PS0109_5.pdf.
- Axencia Galega de Innovación & Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (2015). *RIS3T - RIS3 Transfronteiriza Galicia – Norte de Portugal*. Acedido em http://documentos.galiciainnovacion.es/RIS3T/RIS3T_Completo.pdf.
- Azevedo, N. (2007). *Políticas Culturais, Turismo e Desenvolvimento Local na Área Metropolitana do Porto*. Tese de doutoramento, Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Portugal. Acedido em <http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=ido6id1203&sum=sim>.
- Baptista, M. M. (Ed.) (2009). *Cultura: Metodologias e investigação*. Lisboa: Ver o Verso Edições.

- Bauman, Z. (2013). O que é “central” na Europa central?. *Revista Lusófona de Estudos Culturais*, 1 (1), 50-66. Acedido em <http://estudosculturais.com/revistalusofona/index.php/rlec/article/view/7/32>.
- Bourdieu, P. (2011 [1989]). *O Poder simbólico*. Lisboa: Edições 70.
- Coelho, T. (2005). Por uma política cultural intergeracional. *Cooperación Cultural Euroamericana*, 121-130. Madrid: Organização de Estados Iberoamericanos.
- Carneiro, L.; Soares, A.; Patrício, R.; Alves, A.; Madureira, R. & Sousa, J. (2007). *Redes colaborativas de elevado desempenho no norte de Portugal*. Porto: Instituto de Engenharia de Sistema e Computadores. [Relatório online]. Acedido em <http://www.redescolaborativas.org/redes-colaborativas/o-projecto-rced/RCED%20-%20relatorio%20publico%20-%20v1.4.pdf/view/>.
- Castells, M. (2005). *A era da informação: Economia, sociedade e cultura. A sociedade em rede*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Centre for Strategy and Evaluation Services. (2010). *Study on the contribution of culture to local and regional development – Evidence from the structural funds, final report*. [Relatório online]. Acedido em http://www.kulturdokumentation.org/akt_proj/Full%20Report.pdf.
- Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Universidade de Brasília. (2010). *Relatório da pesquisa percepções e gargalos na criação, desenvolvimento e atuação em redes culturais, realizada entre outubro e novembro de 2010*. [Relatório online]. Acedido em http://articuladf.files.wordpress.com/2010/12/pesquisa-de-redes-relatc3b3rio_cdt-articula-df_.pdf.
- Comissão Europeia. (2014). *Policy handbook on promotion of creative partnerships*. Bruxelas: Comissão Europeia. Acedido em http://ec.europa.eu/culture/library/reports/creative-partnerships_en.pdf.
- Comissão Europeia. (2012). *Policy handbook on how to strategically use the EU support programmes, including structural funds, to foster the potential of culture for local, regional and national development and the spill-over effects on the wider economy?*. Bruxelas: Comissão Europeia. Acedido em http://ec.europa.eu/culture/library/publications/cci-policy-handbook_en.pdf.
- Comissão Europeia. (2010). *Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões sobre a realização da Agenda Europeia para a Cultura*. [Relatório online]. Acedido em <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52010D0390&from=PT>.

- Conclusões do Conselho e dos Representantes dos Governos dos Estados-Membros, reunidos no Conselho, sobre o Plano de Trabalho para a Cultura 2011-2014, de 2 de dezembro de 2010. *Jornal Oficial da União Europeia*, C 325. Acedido em <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=OJ:C:2010:325:FULL&from=PT>.
- Conclusões do Conselho sobre o contributo da cultura para a implementação da Estratégia Europa 2020, de 15 de junho de 2011. *Jornal Oficial da União Europeia*, C 175. Acedido em <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=OJ:C:2011:175:FULL&from=PT>.
- Conference of European Cross-border and Interregional City Networks & Association of European Border Regions. (2012). *Strategic document on smart cooperation – Territorial cooperation fostering European integration: Cities and regions linking across borders*. [Documento online]. Acedido em https://portal.cor.europa.eu/egtc/discovertheegtc/Documents/cecicn_document_strategique_EN.pdf.
- CPLP. (2014). *Plano estratégico de cooperação cultural multilateral da CPLP e respetivo plano de ação (2014-2020)*. Acedido em <http://www.cplp.org/id-3861.aspx>.
- CPLP. (2007). *Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (com revisões de São Tomé/2001, Brasília/2002, Luanda/2005, Bissau/2006 e Lisboa/2007)*. Acedido em http://www.cplp.org/Files/Filer/Documentos%20Essenciais/Estatutos_CPLP_REVLIS07.pdf.
- CPLP. (2000). *Cimeira de Ministros da Cultura da CPLP – Declaração do Estoril*. Acedido em <http://www.cplp.org/id-3861.aspx>.
- Crespi, F. (1997). *Manual de sociologia da cultura*. Lisboa: Estampa.
- Decisão N° 508/2000/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 14 de Fevereiro de 2000 que cria o programa «Cultura 2000», de 10 de março de 2000. *Jornal Oficial das Comunidades Europeias* L 63. Acedido em <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32000D0508&from=PT>.
- Deutsch, M. (1949). A theory of co-operation and competition. *Human Relations*, 2 (2), 129-152. Acedido em <http://hum.sagepub.com/content/2/2/129.full.pdf+html>.
- Espíndola, E. (2014). *Cultura y desarrollo económico en Iberoamérica. Madrid: Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia y la Cultura*. Acedido em http://oei.es/xxivcie/Libro_CEPAL.pdf.

- European Communities (2009). *European capitals of culture: the road to success From 1985 to 2010*. Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities.
- Ferin, I. (2002). *Comunicação e culturas do quotidiano*. Lisboa: Quimera.
- Fontaine, P. (1998). *A construção Europeia de 1945 aos nossos Dias*. Lisboa: Gradiva.
- Fontaine, P. (1995). *A União Europeia*. Lisboa: Referência/ Editorial Estampa.
- Frantz, W. (2001). Educação e cooperação: práticas que se relacionam. *Sociologias*, 6, 242-264. Acedido em <http://www.scielo.br/pdf/soc/n6/a11n6.pdf>.
- Gama, M. (2014). Cultura de redes culturais: O estado das redes do Estado. In *Actas VIII Congresso Português de Sociologia*, Universidade de Évora, 14-16 abril 2014. Acedido em http://www.aps.pt/viii_congresso/VIII_ACTAS/VIII_COM0410.pdf.
- Gama, M. (2013). *Políticas Culturais: Um olhar transversal pela janela-ecrã de Serralves*. Tese de doutoramento, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Portugal. Acedido em <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/35473/1/Gama%20%282013%29%20TD-Políticas%20Culturais%20Um%20olhar%20transversal%20opela%20janela-ecrã%20de%20Serralves.pdf>.
- Garcia, J. (Coord.) (2014). *Mapear os recursos, Levantamento da legislação, Caracterização dos atores, Comparação internacional*. Lisboa: Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais. [eBook]. Acedido em <http://www.gepac.gov.pt/cultura-2020.aspx>
- Goldhaber, G. & Rogers, D. (1979). *Auditing organizational communication sSystems*. Dubuque, IA: Kendall/Hunt.
- Hall, S. (1997). The centrality of culture: notes on the cultural revolutions of our time. In K. Thompson (Ed.), *Media and cultural regulation* (pp. 207-238). London: Sage Publications.
- Hammerstein, P. (2003). *Genetic and cultural evolution of cooperation*. Cambridge: Massachusetts Institute of Technology and Freie Universität Berlin.
- International Federation of Arts Councils and Culture Agencies; Committee on culture of the world association of United Cities and Local Governments; International Federation of Coalitions for Cultural Diversity & Culture Action Europe. (2013). *Culture as a goal in the post-2015 development agenda*. Acedido em <http://www.interarts.net/descargas/interarts1694.pdf>.

- Jablin, F. & Putnam, L. (Eds). (2001). *The new handbook of organizational communication: advances in theory, research and methods*. Thousand Oaks CA: Sage Publications.
- KEA European Affairs (2012). *Measuring economic impact of CCIs policies: How to justify investment in cultural and creative assets*. Acedido em http://www.keanet.eu/docs/measuring-economic-impact-of-ccis-policies_final_creat.pdf.
- Kreps, G. (1990). *Organizational communication - Theory and practice*. New York: Longman.
- Lipovetsky, G. & Serroy, J. (2010). *A Cultura-Mundo: Resposta a uma sociedade desorientada*. Lisboa: Edições 70.
- Lemieux, V. & Ouimet, M. (2004). *Análise estrutural das redes sociais*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Lopes, J. T. (2004). Trinta anos de políticas culturais: A revolução inacabada e o país complexo. In F. Louça & F. Rosas (Org.), *Ensaio geral: Passado e futuro do 25 de Abril*(pp. 135-156). Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Martins, M. (2011). *Crise no castelo da cultura. Das estrelas para os ecrãs*. Coimbra: Grácio Editor.
- Mateus, A. (Coord.) (2010). *O sector cultural e sriativo em Portugal*. Lisboa: Augusto Mateus & Associados – Sociedade de Consultores. Acedido em <http://www.gepac.gov.pt/estatisticas-e-estudos/estudos.aspx>.
- OEI. (2012). *Avanzar en la construcción de un espacio cultural compartido: Desarrollo de la Carta Cultural Iberoamericana*. Acedido em http://www.culturasiberoamericanas.org/Libro_IBERO_Web.pdf.
- OEI. (2006). *Carta cultural Iberoamericana*. Acedido em http://www.oei.es/xvi/xvi_culturaccl.pdf.
- OEI. (1985). *Estatutos*. Acedido a 1 de setembro de 2015 em <http://www.oei.es/estatutos.htm>.
- Poláček, R. (2007). *Study on impediments to mobility in the EU Live performance sector and on possible solutions*. Bruxelas: Performing Arts Employers Associations League Europe. Acedido em http://ietm.org/sites/default/files/study_on_impediments_to_mobility.pdf
- Prell, C. (2011). *Social network analysis: History, theory and methodology*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications.

- Regulamento (UE) nº 1295/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 11 de dezembro de 2013 que cria o Programa Europa Criativa (2014-2020) e que revoga as Decisões nº 1718/2006/CE, nº 1855/2006/CE e nº 1041/2009/CE, de 11 de dezembro de 2013. *Jornal Oficial da União Europeia* L 347. Acedido em <https://infoeuropa.euroid.pt/files/database/000057001-000058000/000057026.pdf>.
- Resolução do Conselho de 16 de Novembro de 2007 sobre uma Agenda Europeia para a Cultura, de 29 de novembro de 2007. *Jornal Oficial da União Europeia* C 287. Acedido em <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=OJ:C:2007:287:FULL&from=PT>.
- Ruão, T. (2008). *A Comunicação organizacional e os fenómenos de identidade: a aventura comunicativa da formação da Universidade do Minho, 1974-2006*. Tese de doutoramento, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Portugal. Acedido em <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/8841/1/tese%252ofinal.pdf>.
- Rubim, A.; Pitombo, M. & Rubim, I. (2005). *Políticas e redes de intercâmbio e cooperação em cultura no âmbito Ibero-Americano*. Acedido em http://www.cult.ufba.br/arquivos/cult_politicas_e_redes.pdf.
- Rubim, A. (2002). Política cultural na contemporaneidade. Na balança entre o público e o privado, Estado atua para a expressão cultural criativa do conjunto da população. *Comunicação & Educação*, 23, 26-36. Acedido em <http://www.revistas.usp.br/comueduc/article/viewFile/37013/39735>.
- Sá, L. (1999). *Introdução à ciência política*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Schultz, M.; Hatch, M. & Larsen, M. (Eds.) (2000). *The expressive organization*. Oxford: The Oxford University Press.
- Silva, A. (2010). O poder, um novo trilho na análise cultural?. In M. L. L. Santos & J. M. Pais (Org.), *Novos Trilhos Culturais: Práticas e Políticas* (pp. 281-305). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Tratado da União, de 29 de julho de 1992. *Jornal Oficial das Comunidades Europeias* C 191. Acedido em https://infoeuropa.euroid.pt/opac/?func=service&doc_library=CIE01&doc_number=000037557&line_number=0001&func_code=WEB-FULL&service_type=MEDIA.
- UNESCO. (n.d.). *Red de ciudades creativas - Directrices*. Acedido em <http://www.lacult.org/docc/RedCiudCreatDirectrices.pdf>.
- UNESCO. (2014). *Textos fundamentales*. Acedido em <http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002269/226924s.pdf>.
- UNESCO. (2004). *Declaración universal de la UNESCO sobre la diversidad cultural*. Acedido em <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127162s.pdf>.

- UNESCO. (1988). *Actas de La conferencia general, 24ª reunión París, 20 de octubre – 20 de noviembre de 1987, Volumen 1, Resoluciones*. Acedido em <http://unesdoc.unesco.org/images/0007/000769/076995S.pdf>.
- UNESCO. (1966). *Declaração de los principios de la cooperación cultural internacional*. Acedido em <http://unesdoc.unesco.org/images/0011/001140/114048e.pdf#page=82>.
- Veiga, F. (Coord.) (2014). *Cooperação territorial Europeia e Cultura*. Lisboa: Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais. [eBook]. Acedido em <http://www.gepac.gov.pt/cultura-2020.aspx>.
- Versões Consolidadas do Tratado da União Europeia e do Tratado sobre o funcionamento da União Europeia, de 30 de março de 2010. *Jornal Oficial da União Europeia C 83*. Acedido em <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=OJ:C:2010:083:FULL&from=PT>